

#AEDUCAÇÃO QUE NECESSITAMOS
PARA O MUNDO QUE
QUEREMOS ...



Perspectivas de adolescentes e jovens
da América Latina e do Caribe

Realização



Campaña
Latinoamericana
por el Derecho
a la Educación

Apoio

unicef 
para cada niño

#AEDUCAÇÃO QUE NECESSITAMOS
PARA O MUNDO QUE
QUEREMOS ...

Perspectivas de adolescentes e jovens
da América Latina e do Caribe

Realização



Campanha
Latinoamericana
por el Derecho
a la Educación

Apoio

unicef 
para cada niño

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. A CAMPANHA “A EDUCAÇÃO QUE NECESSITAMOS PARA O MUNDO QUE QUEREMOS”	10
3. ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE	12
3.1 O que é ser jovem e adolescente?	13
3.2 Quantos adolescentes e jovens existem na América Latina e no Caribe?	15
4. EDUCAÇÃO: O QUE QUEREM JOVENS E ADOLESCENTES DA REGIÃO?	16
4.1. Por uma educação humanista e para o desenvolvimento sustentável	17
4.2. Educação garantida como um direito humano e com qualidade. Mas, de que qualidade estamos falando?	20
4.3. Por uma educação pública gratuita	23
4.4. Protagonismo, participação e democracia: educação para e com adolescentes e jovens	26
4.5. Educação crítica, transformadora, descolonizadora e liberadora	30
4.6. Educação igualitária, inclusiva e sem discriminações	33
4.7. Educação laica, com igualdade de gênero e educação sexual integral	36
4.8. A educação em sua relação com as tecnologias e a mídia	39
4.9. Por uma educação integral: com arte, cultura, desfrute e emoções	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42

#LA EDUCACIÓN QUE NECESITAMOS
PARA EL MUNDO
QUE REQUERIMOS



Mural pintado na Escola Estadual
Professora Maria Augusta Corrêa, em
São Paulo, Brasil (outubro de 2019).

1. INTRODUÇÃO

Nos seus artigos 28 e 29, que tratam do direito à educação, bem como em suas Observações Gerais, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (CDC) estabelece para os Estados-Membros das Nações Unidas, entre outras obrigações, a responsabilidade de garantir o direito à educação da primeira infância ao ensino superior; garantir a educação gratuita; e promover uma educação voltada para os direitos humanos, o respeito ao meio ambiente, a igualdade de gênero, a paz e a tolerância entre diferentes povos, culturas, grupos étnicos e religiões. A Convenção também estabelece o direito à participação de crianças e adolescentes.

Trinta anos após a adoção da Convenção e no âmbito das comemorações do aniversário de três décadas do tratado, a Campanha Latino-Americana pelo Direito à Educação (CLADE), com o apoio do Escritório Regional do UNICEF para a América Latina e o Caribe, promoveu, de outubro de 2019 a abril de 2020, a campanha “A Educação que Precisamos para o Mundo que Queremos”.

A iniciativa buscou reunir e tornar visíveis as vozes de adolescentes e jovens da região, suas lutas, demandas e opiniões, bem como suas propostas e desafios relacionados ao direito humano à educação. Mais do que isso, foi uma oportunidade de gerar um espaço de mobilização, participação e diálogo com adolescentes e jovens de diferentes países da América Latina e do Caribe, contribuindo assim para a construção coletiva da educação de que precisamos para um mundo mais justo e pacífico, igualitário e democrático, cujas bases sejam o respeito pelos direitos humanos e a busca pela justiça social e ambiental.

Adolescentes e jovens da América Latina e do Caribe que participaram dessa campanha, compartilhando suas opiniões, reforçam bandeiras e abordagens que já vinham sendo destacadas nos protestos e mobilizações mais recentes de estudantes e jovens, realizados em âmbitos regional e global, com crescente ênfase em temas ambientais.

Essas manifestações, bem como os constantes protestos de movimentos de estudantes e jovens em diferentes países da América Latina e do Caribe, apresentam demandas e bandeiras comuns de luta, que exigem dos Estados a adoção de medidas urgentes a favor da construção de outro mundo possível: um mundo mais igualitário, sustentável e democrático, onde existam relações mais respeitadas dos seres vivos entre si e desses com a natureza. Ao mesmo tempo, esses movimentos denunciam os impactos negativos e prejudiciais do neoliberalismo para a vida humana e os recursos naturais, tornando urgente repensar nosso modelo econômico, político e social.

A importância desses apelos e demandas se faz mais presente no atual momento de crise sanitária que estamos enfrentando, devido à pandemia COVID-19. Estamos diante de um contexto emergencial na educação, gerado pelo fechamento das escolas como medida de contenção à contaminação pelo vírus, mas também pelo fato de a crise revelar e aprofundar problemas sociais sobre os quais adolescentes e jovens já vinham alertando e que se apresentam com maior gravidade na América Latina e no Caribe, reconhecida como uma das regiões mais desiguais do mundo. Fatores como pobreza, desigualdade, desemprego, discriminação, violência e ausência do Estado como garantidor dos direitos à educação, saúde e proteção social, entre outros campos das políticas públicas, são mais evidentes no cenário atual.

Nesse contexto, são evidentes a urgência e a necessidade de repensar nossa educação, nossos modelos de sociedade e economia, o exercício da cidadania e até o mundo e o futuro que queremos. Para proteger, respeitar e realizar o direito à educação no presente momento, é fundamental que a comunidade educacional dialogue e reflita sobre tudo o que a atual pandemia implica, em termos sociais e ambientais, incluindo a conscientização sobre a importância de se preocupar com a vida das outras pessoas, e de praticar solidariedade e responsabilidade coletiva. Porque praticar o senso do comum também é parte integrante do direito humano à educação e, nessa construção coletiva de reflexões, caminhos e propostas, é essencial respeitar o direito à participação dos sujeitos das comunidades educativas, dentre eles estudantes, adolescentes e jovens.



Estudantes da Escola do Assentamento do Movimento Sem Terra (MST) “Dois Riachões”, Bahia, Brasil. Foto: Arquivo CLADE

Nessa perspectiva, este documento é apresentado como uma contribuição ao debate, e destaca e sistematiza as demandas e visões de adolescentes e jovens que foram recebidas por nossa campanha. Seus sonhos, demandas, propostas, lutas e expectativas recuperam e fortalecem a perspectiva de uma educação emancipatória e com garantia de direitos. Uma educação para o pensamento crítico, que se traduz em liberdade, emancipação, inclusão, na superação de todas as formas de discriminação e na construção de um mundo mais justo, pacífico, democrático e sustentável.

Boa leitura!

*Se eu soubesse que a felicidade estava,
além da porta.
Nos arredores, onde a liberdade era
um conceito que foi dado como certo.*

Eu teria valorizado tantas coisas...

*Da mais significativa,
como as aulas presenciais.
Aqueles onde eu escutava, diariamente,
o som da abertura dos livros,
enquanto o professor falava e, de tempos em tempos,
um colega ria.*

*Passando pelo que eu achava insignificante,
como as moedas colidindo nas minhas calças.
Enquanto andava pelas ruas, cumprimentando todos,
com um aperto.*

*Um aperto, um abraço, um beijo;
Que agora não posso dar¹.*

*(parte do poema “Tras la puerta, Día 8 de cuarentena”,
escrito por Alejandra Solano, estudante universitária da Costa Rica)*

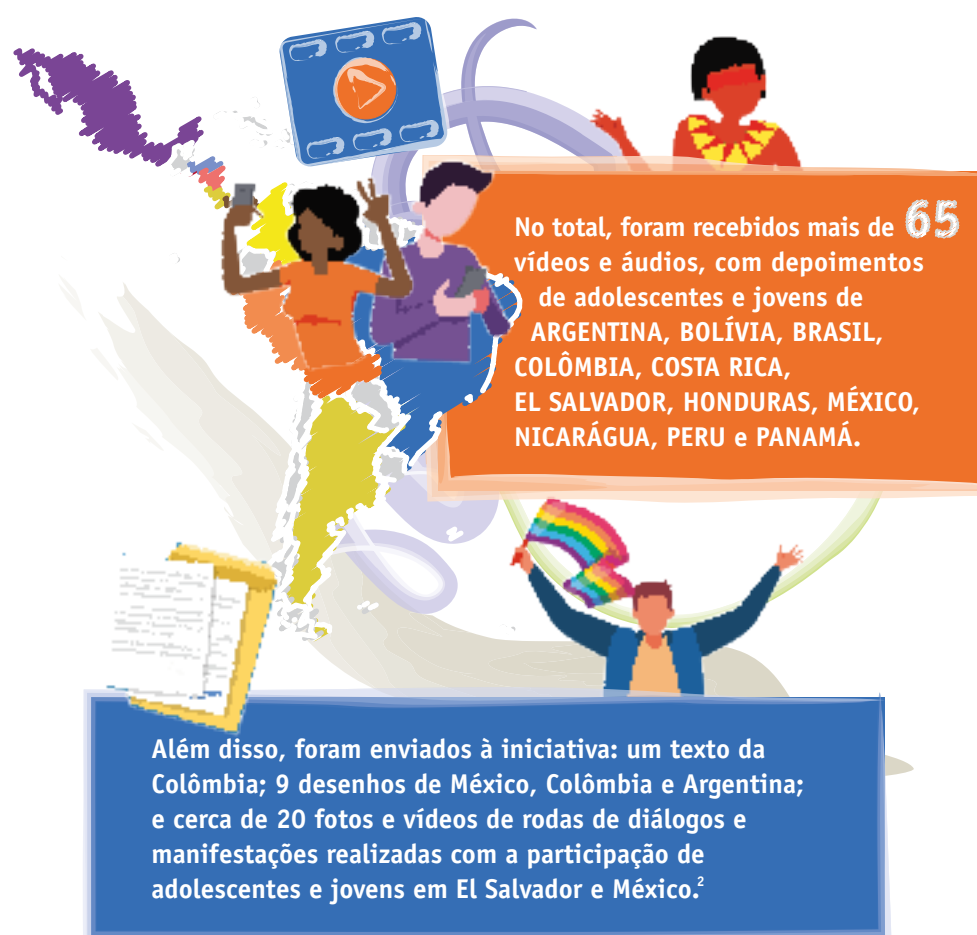
¹ Poema “Tras la Puerta, Día 8 de cuarentena”.

2. A CAMPANHA "A EDUCAÇÃO QUE NECESSITAMOS PARA O MUNDO QUE QUEREMOS"



Cartaz de manifestação organizada por jovens do México, para demandar o cumprimento de seu direito à educação (novembro de 2019).

No contexto da iniciativa “A Educação que Necessitamos para o Mundo que Queremos”, incentivamos adolescentes e jovens da América Latina e do Caribe a compartilhar suas expectativas, propostas, demandas e opiniões sobre o direito humano à educação, por meio de textos, vídeos, áudios, poemas, desenhos e fotos, entre outros formatos de sua preferência. A campanha incluiu estratégias de comunicação e incidência, com o objetivo de contribuir para tornar visíveis tais perspectivas em meios de comunicação, e também para que tais propostas e opiniões fossem valorizadas e levadas em conta em instâncias de tomada de decisão sobre as políticas educacionais.



² Veja todos os depoimentos e resultados da campanha neste dossiê virtual, disponível em castelhano, português e inglês: <https://redclade.org/pt-br/especiais/laeducacionquenecesitamos-para-el-mundo-que-queremos/>.

3. ADOLESCÊNCIAS E JUVENTUDES NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE



Mural elaborado por estudantes, artistas e docentes na Escola Preparatória Prefeco Melchor Ocampo, na cidade de Morelia, México, apresenta as perspectivas de adolescentes e jovens sobre seu direito à educação.

3.1 O que é ser jovem e adolescente?

Definir exatamente o que significa ser jovem ou adolescente é uma tarefa difícil. Isso porque a experiência da adolescência e da juventude varia substancialmente no mundo, entre países e regiões, motivo pelo qual as duas denominações são com frequência uma categoria fluida e mutável.

Segundo o UNICEF, existem “grandes variações nas legislações dos países sobre a idade mínima para a realização de atividades consideradas adequadas para pessoas adultas, como votar, casar, servir ao exército, exercer o direito sobre a propriedade e o consumo de bebidas alcoólicas. O conceito de ‘maioridade’ – isto é, a idade em que o país reconhece um indivíduo como adulto e espera que cumpra todas as responsabilidades próprias de sua condição – também varia entre países”³.

Os conceitos “jovem” e “adolescente” mostram-se especialmente fluidos diante dos contextos desafiadores e de desigualdades da região, sendo que muitas pessoas na idade da adolescência são submetidas a responsabilidades, tarefas e desafios próprios do universo adulto. Como aponta o UNICEF, independentemente do que digam as leis sobre o ponto que separa a infância e a adolescência da idade adulta, inúmeras e inúmeros adolescentes, meninas e meninos de todo o mundo trabalham, casam-se, cuidam de familiares doentes ou participam de conflitos armados, todas essas atividades que correspondem ao universo adulto, o que lhes rouba a infância e a adolescência⁴.

Apesar de não existir uma definição de adolescência internacionalmente aceita, as Nações Unidas estabelecem que adolescentes são pessoas com idades compreendidas entre 10 e 19 anos, o que corresponde à segunda década da vida.

Em relação ao conceito “juventude”, diferentes definições têm sido apresentadas em debates teóricos e práticos sobre a temática. O conceito de juventude não é estático no tempo e incidem sobre ele diferentes transformações históricas, culturais, sociais e econômicas da sociedade (PNUD, 2015).

Em consequência, as formas de entender a juventude têm transitado de posturas conservadoras e funcionalistas até outras mais integradoras e progressistas⁵. Para as primeiras, a juventude é vista a partir do chamado paradigma adultocêntrico, isto é,

3 UNICEF (2011): *Adolescência - Uma fase de oportunidades*.

4 UNICEF (2011): *Adolescência - Uma fase de oportunidades*.

5 Duarte, C. (2013): *¿Juventud o Juventudes? Acerca de cómo mirar y remirar las juventudes en nuestro continente*.

uma perspectiva que supõe a superioridade das pessoas adultas e entende a juventude como um período transitório para a idade adulta, sendo o adulto ou a adulta o modelo que jovens devem seguir para se integrar, ser produtivas e produtivos e conseguir o respeito da sociedade⁶.

As perspectivas centradas na pessoa adulta acima mencionadas definem e entendem a juventude como uma etapa do ciclo de vida em que as pessoas se preparam para entrar no mundo do trabalho; ou como um “grupo social” definido principalmente pela idade⁷. Também a partir da perspectiva adultocêntrica, a juventude tem sido entendida como um “conjunto de atitudes em relação à vida” ou como a “geração futura”, que assumirá papéis da fase adulta.

A partir de inúmeras críticas ao paradigma centrado na etapa adulta, surge uma nova maneira de conceber a juventude que busca levar em conta sua diversidade. Como Bourdieu⁸ aponta, a noção de juventude é antes uma construção histórica e social, abrindo-se para uma virada epistemológica que vai além da singularização e na qual, em vez de se falar de juventude, deve-se falar em juventudes.

A mudança para a noção de “juventudes”, como apontam CEPAL e OIJ (2014), permite assumir uma nova base epistemológica ampla e abrangente da juventude, concebendo diferentes formas de ser jovem, em que fatores como gênero, etnia, classe, orientação sexual e outros geram diferenças que influenciam a forma de experimentar ser jovem.

Apesar dessas questões que impedem uma definição exclusiva e exata do termo, de maneira mais geral, as Nações Unidas consideram jovens as pessoas com entre 15 e 24 anos de idade.

“Para entender melhor as identidades juvenis contemporâneas, é necessário falar de juventudes no plural, porque os jovens e suas identidades são tão diversas como as mesmas sociedades (UNFPA, 2008)”.

6 UNICEF (2013): Superando el adultocentrismo.

7 Duarte, C. (2013): ¿Juventud o Juventudes? Acerca de cómo mirar y remirar las juventudes en nuestro continente.

8 Bourdieu, P. (1990): A juventude é apenas uma palavra.

3.2 Quantos adolescentes e jovens existem na América Latina e no Caribe?



9 UNFPA (2011): Informe Regional de Población en América Latina y el Caribe.

4. EDUCAÇÃO: O QUE QUEREM JOVENS E ADOLESCENTES DA REGIÃO?



Manifestação organizada por jovens de México para demandar o cumprimento de seu direito à educação, realizada em 20 de novembro de 2019.

A demanda por uma educação pública, de qualidade, laica e gratuita, garantida como um direito humano que possibilite outros direitos, bem como o apelo à realização de uma educação integral, libertadora, inclusiva, igualitária e sem discriminações, está presente nos depoimentos de adolescentes e jovens coletados no âmbito da nossa campanha.

Também dizem não à criminalização do protesto estudantil, e pedem uma educação a partir das visões do Sul, isto é, numa perspectiva descolonizadora e latino-americana. Adolescentes e jovens também querem uma educação que estimule a participação cidadã, que gere empatia, que promova ambientes de debate e pensamento crítico, ensinando “a pensar e não apenas a obedecer”. Uma educação diversa, lúdica e sem preconceitos, que desenvolva todos os talentos e conte com um investimento adequado. Além disso, exigem uma educação feminista e transformadora, com igualdade de gênero e educação sexual integral.

Os elementos indicados são muitos e estão ligados à profundidade, complexidade e abrangência do direito humano à educação e da educação garantida a partir de uma perspectiva holística e de direitos humanos. A seguir, buscamos nos aprofundar em cada um desses pontos levantados por adolescentes e jovens.

4.1 Por uma educação humanista e para o desenvolvimento sustentável

“Que nossa educação pública possa sair das quatro paredes de uma escola, de uma universidade. Que todo o processo de aprendizagem e ensino possa contribuir para o desenvolvimento tanto econômico, quanto social e cultural, de uma região, país ou mundo.”
(Elizabeth Chauca, Bolívia)

Desde 1999, a ONU celebra o Dia Internacional da Juventude¹⁰, em 12 de agosto, buscando promover e valorizar o papel de jovens e adolescentes nos processos de transformação, além de conscientizar sobre os desafios e oportunidades dessa fase da vida. Em 2019, a data foi comemorada com ênfase no tema “educação”, destacando o papel da adolescência e das juventudes na promoção das transformações necessárias para o cumprimento do Objetivo número 4 (ODS 4) da Agenda de

¹⁰ Dia Internacional da Juventude, 12 de agosto.

Desenvolvimento Sustentável 2030¹¹, que estabelece aos Estados a obrigação de “assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

Em sua meta 4.7, o ODS 4 determina que os países devem “Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e habilidades necessários para promover o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global, e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável”¹².

No âmbito da campanha “A Educação que Necessitamos para o Mundo que Queremos”, muitos dos depoimentos e demandas compartilhados por adolescentes e jovens da região apontaram a importância de garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, que contribua para alcançar o desenvolvimento sustentável. Alguns dos depoimentos de adolescentes e jovens mencionam uma educação “sem limites, para que possam aprender além do básico”. Uma educação “ambientalista, mais humana, integral, solidária, inclusiva, inovadora, criativa e transformadora, renovada e sem fronteiras, que permita alcançar nossos sonhos e saia das quatro paredes do centro educativo”.

“A Educação que Necessitamos para o Mundo que Queremos é uma educação que nos permita crescer, não em função do indivíduo, mas de uma sociedade, do meio ambiente, uma vez que fazemos parte de um ecossistema que não funciona para nós, mas nós trabalhamos em função dele.”

(Gareth Sella, Colômbia)

“Queremos uma educação ambientalista, por um mundo com menos poluição e mais valorização para os recursos naturais. Educação inclusiva para um mundo unido. Uma educação igualitária para um mundo de paz. Uma educação com valores para um mundo sem violência (...). Uma educação mais humana para um mundo sem hierarquias. Uma educação integral para um mundo feliz. Uma educação humanista para um mundo solidário. Uma educação equitativa para um mundo justo. Uma educação para todos, para um mundo com mais empatia.”

(Estudantes normalistas de Morelia, México)

¹¹ Para saber mais, consulte o ODS 4.

¹² <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods4/>.

Em seus depoimentos, adolescentes e jovens defendem que existe uma relação intrínseca entre garantir o direito à educação para o desenvolvimento sustentável e assegurar espaços educacionais onde os direitos humanos sejam respeitados e realizados, a partir de práticas pedagógicas humanistas que nos tornem mais humanas e humanos.

“O que nos diferencia de máquinas ou da inteligência artificial?”, pergunta Brayan Imanol Narváez Salcedo, estudante do ensino médio de San Juan de Pasto (Colômbia), em artigo enviado como contribuição à campanha “A Educação que Precisamos para o Mundo que Queremos”. A seguir, o mesmo estudante ensaia e propõe uma resposta em seu texto:

“A principal diferença no momento é nossa condição de ser conscientes do mundo ao nosso redor, nossa capacidade de pensar, criar, inovar, começar a partir de muito pouco, às vezes de um nada relativo. Isso é algo que as máquinas ou a inteligência artificial ainda não foram capazes de alcançar; portanto, devemos nos concentrar no desenvolvimento humano, especificamente no reconhecimento de seu potencial e no aproveitamento de suas capacidades únicas¹³.”

(Brayan Imanol Narváez Salcedo, Colômbia)

“O tipo de mudança que eu espero da educação brasileira é que os alunos sejam vistos como reais seres humanos. Porque dentro do nosso sistema é basicamente um robô que precisa de notas altas.”

(Thais Camargo, Brasil)

Nesse mesmo sentido, representantes de movimentos estudantis do ensino médio, de universidades e da Educação de Pessoas Jovens e Adultas (EPJA) de Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Nicarágua e Peru compartilharam suas demandas para a realização de uma educação emancipadora e que garanta direitos, durante diálogo com estudantes que foi realizado no contexto da X Assembleia Regional da CLADE em Bogotá, Colômbia (2018)¹⁴.

¹³ Artigo de Brayan Imanol Narváez Salcedo para a iniciativa “A Educação que Precisamos para o Mundo que Queremos”.

¹⁴ Nota de balanço da reunião com estudantes da América Latina e do Caribe, sobre uma educação emancipadora e que garanta direitos, organizada pela CLADE em outubro de 2018 (disponível em espanhol).

Participantes do encontro destacaram a necessidade de reconhecer as diversidades culturais, sexuais e identitárias nos centros educativos e garantir uma educação para os direitos humanos e a reflexão, articulada à arte, à cultura e aos territórios, que permita ao estudantado se mobilizar e ser protagonista da análise e da transformação de sua própria realidade.

“Queremos uma educação coletiva que integre o conhecimento dos nossos ancestrais, ricos em cultura e humanidade. Uma educação para a mãe terra, que a reconheça como amparo. Uma educação comunitária, popular e feminista. Uma educação que nos liberte, que nos construa a partir da afetividade e para a afetividade”. Assim sintetizou os debates da reunião, o estudante universitário da Nicarágua, Alexander Reyes Guevara.

4.2 Educação garantida como um direito humano e com qualidade. Mas, de que qualidade estamos falando?

“Necessitamos que o direito à educação, consagrado em tratados internacionais de proteção dos direitos da criança, seja cumprido total e inequivocamente. Sem isso, não podemos discutir nada, e é por isso que exijo tanto o direito à educação.”
(Felipe Urbas, Argentina)

“Toda pessoa tem direito à educação”, afirma o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948. O tratado também estabelece que “a educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais”¹⁵.

Nos anos seguintes, outros instrumentos de direitos humanos reforçaram e aprofundaram a necessidade de garantir a educação pública gratuita como um direito humano de todas e todos, incluindo a Convenção sobre os Direitos da Criança, a Declaração Mundial sobre Educação para Todos¹⁶ e, mais recentemente, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e seu ODS 4, referente à educação.

¹⁵ Fonte em português: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf.

¹⁶ Declaração Mundial sobre Educação para Todos e Marco de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem.



Atividade de grafite, realizada com jovens na Escola Estadual Maria Augusta Correa em São Paulo, Brasil. Foto: Arquivo CLADE

Embora esses avanços normativos em direção à perspectiva da igualdade e de direitos humanos tenham sido alcançados graças aos esforços da comunidade internacional e da sociedade civil organizada, infelizmente, têm-se observado nos últimos anos, em diferentes países da América Latina e do Caribe, tendências à implementação de políticas que priorizam a tecnocratização e a homogeneização dos sistemas de educação e das pessoas, sendo vistos como uma mera ferramenta para o poder de consumo e a integração ao mercado de trabalho, a partir de uma perspectiva instrumental e de mercado.

Essa formação puramente técnica e a serviço do mercado é acompanhada pela homogeneização da educação e pela oferta de escolas voltadas para a competitividade, esvaziadas como espaços de encontro, debate e reflexão crítica. Estudantes e docentes já não se reconhecem, portanto, como seres políticos, mas sim, pessoas que devem obter bons resultados em avaliações educacionais padronizadas aplicadas em grande escala, acima da realização de uma educação verdadeiramente de qualidade que garanta e promova direitos e liberdades¹⁷.

17 Essas tendências são aprofundadas no documento “Educar para a Liberdade” (CLADE, 2019) (disponível em espanhol).

“Queremos uma educação que não seja centralizada em algumas cidades, fornecida apenas para alguns poucos privilegiados. Queremos uma educação para todos, em que todos estejamos incluídos. Uma educação que chegue a todas as regiões e de qualidade. Uma educação que não esteja carregada de preconceitos ou de uma ideologia, seja ela religiosa ou não, mas que nos ensine a questionar o mundo. Que não nos ensine conteúdos para serem repetidos, mesmo sem que se saiba o que estamos dizendo, mas que nos ensine a refletir, uma educação que nos torne mais críticos. Somente essa educação pode nos levar a avançar como indivíduos e como nação.”
(Juan Pablo Escallón, Colômbia)

A análise dos contextos em diferentes países revela que testes padronizados, especialmente de natureza internacional, como única medida de qualidade da educação, têm influenciado processos político-pedagógicos e as relações de convivência entre a comunidade educativa, sob uma perspectiva reducionista e utilitária da educação. Esses testes, em geral, são desenvolvidos sem a participação dos atores da comunidade educativa, muitas vezes elaborados por empresas privadas com fins lucrativos, quando a avaliação da educação deveria ser um exercício coletivo que nos permita melhorar o sistema educacional e melhorar-nos como pessoas e sociedade¹⁸.

As perspectivas compartilhadas por adolescentes e jovens da região contrapõem essas tendências tecnocráticas que propõem uma educação a serviço do mercado e instrumental. Pelo contrário, defendem uma educação que priorize direitos e dignidade, acima dos resultados em testes.

“A gente precisa de uma educação que abandone esse sistema falho de avaliação, em que só se avalia a quantidade de informação que a criança ou jovem absorveu durante determinado tempo, sem olhar para o contexto em que essa pessoa está inserida, sem olhar para o desenvolvimento dessa pessoa e nem toda a evolução que ela teve durante esse período. A gente precisa de um ensino mais humanizado e menos mecânico.”
(Vitória Cepera, Brasil)

18 CLADE (2019): “Educar para a Liberdade - Por uma educação emancipadora e que garanta direitos” (disponível em espanhol).

4.3 Por uma educação pública gratuita

“O que procuro na educação no meu país é que ela possa ser gratuita e acessível a todos nós. Que a educação cumpra os nossos sonhos e, acima de tudo, ajude a colocar passes no desenvolvimento da nossa vida. Além disso, a educação em nosso país sempre tem que garantir que conheçamos nossos direitos, e isso, sim ou sim, tem que ser garantido.”

(Jackeline Fuchs, Peru)

Para que a educação seja garantida como um direito humano de todas as pessoas, os sistemas educativos públicos e gratuitos devem ser fortalecidos, com financiamento público adequado e satisfatório. Isso foi reivindicado por adolescentes e jovens da América Latina e do Caribe que participaram da nossa campanha. Essa demanda não é um discurso vazio, mas sim, exige o cumprimento do que diferentes instrumentos de direitos humanos estabelecem como uma obrigação dos Estados.

Segundo a meta 4.1 do ODS 4, os países têm a responsabilidade de “até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes”¹⁹.

De acordo com o Marco de Ação para a Educação 2030²⁰: “a oferta de 12 anos de educação primária e secundária gratuita, financiada pelo governo, inclusiva, equitativa e de qualidade – dos quais pelo menos nove anos sejam compulsórios e gerem resultados relevantes de aprendizagem – deveria ser garantida para todos, sem discriminação. A oferta de educação gratuita inclui a remoção de barreiras relacionadas a custos na educação primária e secundária. É necessária ação imediata, direcionada e continuada para a oferta de oportunidades relevantes de educação e formação para a enorme população de crianças e adolescentes fora da escola”.

¹⁹ Fonte em português: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods4/>.

²⁰ UNESCO (2016): Marco de Ação para a Educação 2030.

A Convenção sobre os Direitos da Criança, em seu artigo 28²¹, também estabelece a educação primária, secundária e universitária como um direito de meninas, meninos, adolescentes e jovens, cuja gratuidade deve ser assegurada progressivamente.

Por sua vez, o Comentário Geral Nº 13 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU²² declara que: “A implementação progressiva da educação gratuita significa que, embora os Estados devam atender prioritariamente a educação primária gratuita, também têm a obrigação de tomar medidas concretas para implementar o ensino médio e superior gratuitos”.

Portanto, é urgente que os governos redobrem esforços para colocar em prática esses compromissos internacionais, garantindo e priorizando o financiamento justo e adequado dos sistemas educativos públicos e gratuitos, mesmo em tempos de crise econômica.

“É muito necessário que as crianças tenham a oportunidade de estudar, é um direito, não pode ser negado. Todos devemos ter oportunidades iguais. O Estado deve garantir que esses direitos não sejam violados. Contribuir, ir aos bairros, ajudar, porque atualmente muitas pessoas, muitas crianças não podem ter uma educação de qualidade devido a problemas em casa, porque não têm recursos para fazê-lo.”
(Noelia Benítez, Argentina)

“Faço um chamado a continuar lutando por uma educação pública com oportunidades iguais para meninos e meninas. Uma educação que não tenha fronteiras e seja capaz de nos oferecer o mesmo, para continuar ajudando as crianças do meu país e do resto da América Latina a realizar seus sonhos.”
(Alejandra Solano, Costa Rica)

21 Artigo 28 da CDN: “Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e, para que ela possa exercer esse direito progressivamente e em igualdade de condições, devem:

a) tornar o ensino primário obrigatório e disponível gratuitamente para todos;
b) estimular o desenvolvimento dos vários tipos de ensino secundário, inclusive o geral e o profissional, tornando-os disponíveis e acessíveis a todas as crianças; e adotar medidas apropriadas, como a oferta de ensino gratuito e assistência financeira, se necessário;
c) tornar o ensino superior acessível a todos, com base em capacidade, e por todos os meios adequados”. - Convenção sobre os Direitos da Criança.

22 Comentário Geral Nº 13 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU (página 139, ponto 14).



Diálogo na Universidade de El Salvador (UES). Foto: Arquivo de Jazmin Elena

Em seus depoimentos, adolescentes e jovens enfatizam que a qualidade e a igualdade na educação dependem da educação gratuita para todas e todos, e de um financiamento público suficiente para garantir infraestrutura adequada nos centros educacionais, bem como docentes com boa formação e condições de trabalho decentes.

“Temos muitas dificuldades, pois nossa formação é insuficiente, seja por causa dos professores, dos materiais ou da infraestrutura. Temos uma educação em que 3 de cada 10 professores primários não têm ensino superior. Em outras palavras, a educação é de baixa qualidade. O México sempre terá o desafio de ter uma boa qualidade nos estudos. A educação é um direito que deve ser garantido para todos e todas. É por isso que queremos lutar por uma educação pública, laica e gratuita.”
(Eilyn Ríos, México)

“(...) se formos um pouco mais longe, encontramos escolas com infraestrutura a ponto de cair (...)”
(Fabrizio Matta, Peru)

4.4 Protagonismo, participação e democracia: educação para e com adolescentes e jovens

*“A educação que queremos é uma educação centrada no que
necessite o estudante, e onde tenhamos voz e voto.”*

(Yann Liao, Panamá)

Do ponto de vista de jovens e adolescentes que participaram da campanha “A Educação que Necessitamos para o Mundo que Queremos”, a educação deve ser garantida a todas as pessoas como um direito humano, sendo participativa e democrática, ou seja, promovendo que estudantes sejam protagonistas de sua própria história e participem da construção de sua própria formação.

O documento “Por uma Educação que Garanta Direitos - Demandas de Estudantes Secundaristas para a América Latina e o Caribe²³” (CLADE, 2017) reitera que adolescentes e jovens reivindicam a superação do adultocentrismo e de uma cultura política intergeracional que permita a distribuição do poder e de responsabilidades nas escolas e políticas educativas, bem como a inclusão de culturas juvenis nas práticas pedagógicas.

Nessa mesma linha, os depoimentos enviados à campanha “A Educação que Necessitamos para o Mundo que Queremos” reforçam que a participação de membros da comunidade educacional deve estar presente no desenho, na definição, na implementação, no monitoramento e na avaliação de políticas educativas e projetos político-pedagógicos, elemento fundamental para a gestão democrática da educação.

Adolescentes e jovens demonstram valorizar a democracia e a participação em espaços educativos e na definição de políticas, em condições de igualdade e sem discriminação, a partir do reconhecimento de todas as pessoas da comunidade educacional como interlocutoras e interlocutores legítimas, legítimos e fundamentais, e de uma formação que prepare para a cidadania, a ação e a reflexão coletivas.

Em um diálogo com estudantes e jovens organizado pela CLADE, no contexto de sua X Assembleia (Bogotá, Colômbia, 21 de outubro de 2018), representantes de movimentos estudantis e juvenis de diferentes países da América Latina e do Caribe destacaram a necessidade de reconhecer as diversidades culturais, sexuais e identitárias nos centros educativos e garantir uma educação para os direitos humanos e a reflexão, articulada

23 CLADE (2017): “Por uma Educação que Garanta Direitos - Demandas de Estudantes Secundaristas para a América Latina e o Caribe” (disponível em espanhol).

à arte, à cultura e aos territórios, que permita ao estudantado se mobilizar e ser protagonista da análise e da transformação de sua própria realidade²⁴.

A demanda por participação também esteve presente nas mensagens de crianças e adolescentes da região, que participaram do XXII Congresso Pan-Americano de Crianças e Adolescentes e do III Fórum Pan-Americano de Crianças e Adolescentes, ambos eventos realizados em Cartagena, Colômbia, em outubro de 2019²⁵. O III Fórum Pan-Americano reuniu delegadas e delegados com entre 12 e 18 anos de idade, de 14 países da região. Na ocasião, enfatizaram a importância do seu reconhecimento como sujeitos de direitos e da garantia de seu direito à participação, à liberdade de expressão e a serem ouvidas e ouvidos. Também declararam que é seu direito receber informações adequadas, para que possam conhecer e defender seus direitos, em todos os municípios e comunidades.

Para que sua participação seja efetiva e igualitária, exigiram que o adultocentrismo seja superado e as metodologias e dinâmicas de escuta e participação de crianças e adolescentes seja repensada. Além disso, exigiram a superação das desigualdades ou barreiras de gênero para a participação no debate político. Enfatizou-se que o diálogo sobre políticas para crianças e adolescentes deve incluir não apenas as pessoas que vivem nas capitais e nos contextos urbanos, mas também devem levar em conta as contribuições de populações que vivem afastadas, como as rurais e as indígenas, considerando também as contribuições de migrantes e pessoas com deficiência²⁶.

Igualmente, exigiram uma educação que garanta informações sobre seus direitos e o contexto social e político, permitindo que participem como cidadãos e cidadãs, sendo agentes de mudança em suas comunidades e na sociedade. Nessa mesma linha se expressaram participantes da iniciativa “A Educação que Necessitamos para o Mundo que Queremos”.

24 Mais informações sobre os resultados da discussão podem ser lidas nesta nota de balanço da X Assembleia Regional da CLADE (disponível em espanhol).

25 Sendo um dos três órgãos que compõem o Instituto Interamericano del Niño, la Niña y Adolescentes (IIN), da Organização dos Estados Americanos (OEA), os Congressos Pan-Americanos são considerados um importante exemplo de diálogo, reflexão e troca de experiências entre os Estados da região. Por um lado, esses encontros dão visibilidade aos avanços, desafios e compromissos dos países no desenvolvimento de políticas para a infância e a adolescência; por outro, os acordos desses congressos orientam a elaboração e implementação de políticas e leis para crianças e adolescentes em toda a região. A última edição ocorreu em Cartagena, Colômbia, em outubro de 2019, e a CLADE participou do evento, lançando nesse contexto a campanha “A Educação que Necessitamos para o Mundo que Queremos”.

26 Leia mais sobre as demandas de crianças e adolescentes expressas durante o XXII Congresso Pan-Americano de Crianças e Adolescentes e o III Fórum Pan-Americano de Crianças e Adolescentes nesta nota.



Cartaz de manifestação organizada por jovens do México para demandar o cumprimento do seu direito à educação, realizada em 20 de novembro de 2019. Foto: Arquivo CADEM

“Acredito que a educação deve ser inicialmente pública, gratuita, laica, de qualidade. Que o estudante possa ter uma participação ativa na tomada de decisões, sobre como espera que deve ser a educação que ele acredita que merece.”

(Efraín Ordoñez, Honduras)

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança estabelece o direito à participação de crianças, adolescentes e jovens. Apesar do seu reconhecimento em âmbito internacional, bem como em muitos instrumentos normativos em níveis nacional e regional, o direito à participação de crianças, adolescentes e jovens no debate e na definição das políticas educacionais e dos planos pedagógicos ainda está longe de ser respeitado e realizado na prática.

Além disso, infelizmente, sérios retrocessos para esse direito são observados em alguns países da região, incluindo medidas de repressão e criminalização contra os protestos estudantis por governos, bem como perspectivas discriminatórias e estigmatizantes contra jovens e estudantes, divulgadas pela mídia hegemônica em diferentes contextos nacionais.

Ser jovem é um risco que deve ser assumido com cautela, causando que o medo cresça a tal ponto de se temer tanto grupos criminosos, quanto agentes de segurança do país. A partir de ambas as perspectivas, a mídia desempenha um papel importante na criminalização dessa população. Dúvidas giram em torno a por que fazem isso? Respondem a uma agenda específica que seja em benefício do meio? Ou, são pessoas externas que os influenciam para que jovens e estudantes sejam criminalizados?”
(Jazmin Elena, El Salvador²⁷)

“Em setembro de 2018, o governo de Sebastián Piñera [Presidente do Chile] propôs a Lei Aula Segura, pela qual diretores dos estabelecimentos de ensino passam a ter poderes para iniciar processos de investigação contra estudantes por presunção de culpa. Em outras palavras, o estudante deve provar que não está participando dos eventos de que está sendo acusado, não o contrário. Em até 5 dias, o estudante poderia ser expulso de seu estabelecimento [educacional] e, em seguida, precisaria ver como organizar a continuação do ano letivo. A lei é acompanhada por uma campanha na mídia em que estudantes do ensino médio são apresentados como se não tivessem bandeiras. Mas, temos demandas claras e os representantes das classes políticas não querem responder a elas.”
(Victor Harambour, Chile²⁸)

27 [Texto completo da estudante universitária](#) (disponível em espanhol).

28 Víctor é porta-voz da Assembleia Coordenadora de Estudantes Secundaristas do Chile (ACES). Para saber mais sobre suas perspectivas e o contexto chileno, acesse um [artigo publicado no Le Monde Diplomatique Brasil](#) ou [veja aqui](#) (em espanhol) vídeo com a apresentação do estudante durante o 3º Encontro Regional da Rede Mista de Parlamentares e Sociedade Civil pelo Direito à Educação na América Latina e no Caribe.

4.5 Educação crítica, transformadora, descolonizadora e liberadora

“Quero uma educação que me ensine a pensar e não a obedecer”.

(Marily Figueroa, Panamá)

“Não basta saber ler que ‘Eva viu a uva’. É preciso entender qual é a posição que Eva ocupa em seu contexto social, quem trabalha para que a uva seja produzida e quem lucra com esse trabalho”²⁹. Essa frase, escrita pelo educador brasileiro Paulo Freire, traduz uma necessidade que muitas e muitos adolescentes e jovens expressam sobre a educação que desejam para um outro mundo possível: uma educação que lhes ofereça insumos e maneiras de não apenas saber ler e escrever, mas também aprender a fazer uma leitura crítica e reflexiva diante da realidade que lhes é apresentada, propondo formas de melhorá-la.

“A educação que necessitamos é uma educação capaz de ouvir os problemas sociais e colocá-los no centro da discussão acadêmica.

Uma educação construída a partir de e para a sociedade, e uma educação que dignifique a vida em todos os seus aspectos.”

(Laura Victoria Meyer, Colômbia)

Nessa perspectiva defendida por adolescentes e jovens, a educação deve ser emancipatória e popular, contribuindo para a transformação em direção à justiça e à igualdade social, a partir do diálogo democrático e livre, do pensamento crítico e da reflexão coletiva. “Os princípios da educação popular ensinam que a educação deve ser dialógica, a partir de e para a promoção de relações horizontais, com pedagogias e práticas que promovam a consciência crítica em relação ao mundo, sendo assim capaz de promover a transformação e a libertação”³⁰.

“O que é educação? Para mim, educação é liberdade, pois somente com ela, todas e todos podemos viver em um ambiente de harmonia e cultura de paz. Também o fato de que meninas e meninos em nosso país possam crescer em um ambiente saudável, em um ambiente que te ajude a ser capaz de discutir teus direitos e deveres, e como o Estado é obrigado a torná-los universais, gratuitos e de qualidade.”

29 Trecho da obra *“Pedagogia do Oprimido”*, de Paulo Freire.

30 Trecho do documento *“Educar para a Liberdade: Por uma Educação Emancipadora e que Garanta Direitos”* (CLADE, 2019) (disponível em espanhol).



Atividade de diálogo com jovens da Escola Estadual Maria Augusta Correa, em São Paulo, Brasil. Foto: Fellipe Abreu

(Jazmin Elena, El Salvador)

Segundo Paulo Freire, a educação deve ser realizada como uma prática de liberdade, concretizada a partir de uma pedagogia em que as pessoas oprimidas sejam capazes de se descobrir e se posicionar como seres livres e sujeitos da sua própria história. “É necessário que a educação – em seu conteúdo, em seus programas e métodos – seja adaptada ao objetivo almejado: permitir que homens e mulheres se tornem sujeitos, construam-se como pessoas, transformem o mundo, estabeleçam com outros homens e mulheres relações recíprocas, façam a cultura e a história (...) uma educação que liberte, que não adapte, domestique nem subjuguem”³¹.

31 FREIRE, P. (1994): Pedagogia do Oprimido.

Na mesma linha dos princípios da educação popular, crítica e emancipatória que Freire e outras educadoras, educadores e ativistas populares da América Latina e do Caribe e do mundo defendem, muitos dos depoimentos de adolescentes e jovens enviados à CLADE apresentam a importância de uma educação que prepare os sujeitos não apenas para estar no mundo, mas para estar com o mundo. Não apenas vivendo e construindo sua própria identidade, mas agindo para construir uma sociedade mais igualitária e justa.

“Acredito que a educação que necessitamos para o mundo que queremos é uma educação que nos fortaleça como seres humanos, pensada a partir do humano para transformar, e não como uma educação simplesmente para aprender algumas fórmulas e conceitos, mas que possamos usar tudo isso para transformar. (...) Acho que por isso é necessário se manifestar, sair, dizer que precisamos mudar.”
(Gareth Sella, Colômbia)

Em suas demandas por uma educação reflexiva e transformadora, destacam também a necessidade de construir, nos centros educacionais, um pensamento latino-americano, descolonizado e crítico em relação aos conceitos hegemônicos eurocêntricos e ocidentais impostos pelos sistemas de educação.

“É necessária uma educação ou pedagogia mais libertadora do pensamento, ou seja, para construir o ser e o saber por meio do método científico, e criar um novo conhecimento que seja mais didático e que exista uma recirculação de conhecimentos e contribuições de ambas as partes: docentes e estudantes. Acreditamos que, em Honduras e em toda a região da América Latina, deveria ser praticado esse tipo de pedagogia descolonizadora do pensamento, do ser e do saber, para ajudar a formar a América que todos queremos.”
(Christian Izaguirre, Honduras)

4.6 Educação igualitária, inclusiva e sem discriminações

“Esta é a educação de que precisamos: uma educação inclusiva que gere uma abordagem diferencial que permita a inclusão de todas as diferentes comunidades, sem discriminação ou segregação.”

(Leonardo Suárez, Colômbia)

Durante diálogo com adolescentes e jovens da América Latina e do Caribe, realizado no contexto da X Assembleia Regional da CLADE³², estudantes de oito países indicaram que é urgente garantir uma educação para a igualdade e a equidade social. Uma educação diversa, inclusiva e não discriminatória, para a convivência, a superação da violência e a paz.

“Queremos uma educação que nos eduque em igualdade e equidade social. Uma educação diversa. Uma educação sem distinção de cor ou origem étnica. Uma educação que nos abra o mundo e nos faça parte dele. Uma educação humana, emancipadora e que garanta direitos. Uma educação que nos reconheça como diversos, que não tente nos padronizar nem nos homogeneizar. Uma educação para a convivência e a paz. Uma educação comprometida com a liberdade.”

(Alexander Reyes Guevara, Nicarágua, participante do diálogo mencionado³³)

Essas ideias são reforçadas nos depoimentos enviados à iniciativa da CLADE e do UNICEF, conforme ilustra a declaração abaixo:

“Precisamos de uma educação em que não haja barreiras para aprender, onde todas e todos tenhamos os mesmos direitos, onde recebamos uma educação de qualidade e que não haja discriminação baseada em raça, religião, sexo ou preferência sexual, mas que todos possamos receber uma educação como deveria ser.”

(Sara Navarro, El Salvador)

³² Mais informações sobre os resultados da discussão podem ser lidas nesta nota de balanço da X Assembleia Regional da CLADE (disponível em espanhol).

³³ Demandas de estudantes e jovens que foram compartilhadas durante o diálogo organizado pela CLADE (disponível em espanhol).

De fato, os desafios de adolescentes e jovens em relação ao direito à educação, expressos nos depoimentos enviados para a campanha “A Educação que Necessitamos para o Mundo que Queremos” refletem um dos maiores desafios a serem enfrentados na América Latina e no Caribe: assegurar que as políticas e os programas para a garantia e a realização de direitos sejam acessíveis em condições de igualdade para todos e todas. A região é uma das mais desiguais do mundo e, ao longo de todo seu território, milhões de adolescentes e jovens hoje vivem na pobreza, são socialmente excluídas e excluídos, ou sofrem discriminação devido a sua condição de indígenas, afrodescendentes, pobreza, situação de migração ou refúgio, localização geográfica, porque moram em áreas rurais, devido a sua identidade de gênero ou orientação sexual, ou porque têm deficiências, entre outros motivos³⁴.

Para responder a esses desafios e à diversidade social, étnica, cultural e econômica da região, é necessário que os Estados garantam políticas e programas afirmativos que atendam aos diferentes setores da população, de acordo com suas necessidades específicas, e também ao conjunto da sociedade, agindo para que a inclusão, a perspectiva dos direitos humanos e a convivência pacífica entre os diferentes grupos sejam respeitadas e observadas como princípios transversais a toda a administração pública, especialmente no que diz respeito às políticas sociais que afetam a adolescência e a juventude.

Adolescentes e jovens, em seus depoimentos, relacionam a inclusão com a garantia de outros direitos sociais para além da educação, bem como a gratuidade e a universalidade de direitos e políticas para superar a violência e a discriminação nos espaços educativos.

“Não temos uma educação inclusiva, não temos uma educação que reconheça as diferenças, não temos uma educação que respeite as pessoas com deficiência. Não temos uma educação inclusiva que conheça e reconheça as comunidades andinas, as comunidades amazônicas, as comunidades afro-peruanas e as comunidades LGTBI. E isso é o principal, é a base do que é ser cidadão. (...). No que diz respeito à infraestrutura, infelizmente em relação a Lima, e estou dizendo isso em nível pessoal, nem todas as instituições de ensino têm serviços básicos, nem todas as instituições de ensino têm rampas para pessoas que andam em uma cadeira de rodas, nem todas as instituições de ensino têm eletricidade, têm água...”
(Jhonatan Hernández, Peru)

34 UNICEF: *La Promoción del Desarrollo Adolescente en América Latina y el Caribe*.



Estudantes e artistas elaboram mural na Escola Preparatória Prefeco Melchor Ocampo, em Michoacán, México, no contexto da iniciativa “A Educação que Necessitamos para o Mundo que Queremos”. Foto: Arquivo CLADE

“Precisamos de uma educação em que, além do conhecimento teórico, nos ensinem a ser mais humanos com respeito, com paz...”
(Estefania Martínez, México)

“Como jovens, precisamos do acompanhamento de pessoas que acreditem em nós, porque nem todos temos as mesmas trajetórias na hora de decidir se continuamos estudando, por razões de trabalho... Precisamos de muito acompanhamento, tanto econômico, quanto social, político...”
(Luciana Peixoto, Argentina)

4.7 Educação laica, com igualdade de gênero e educação sexual integral

“Minhas esperanças!?
Precisamos de uma mudança, precisamos de igualdade
Muitos países carecem disso, mesmo no século XXI, temos que ser
capazes de decidir sobre nossos próprios corpos e, embora seja um
tópico em que eu não queria entrar, a religião, a religião deve ter
sua opinião à parte, deve haver um Estado completamente laico para
os países prosperarem mais...”³⁵
(Gabrielle Metzner, Panamá)

Adolescentes e jovens defendem, em seus depoimentos, que é urgente garantir uma educação inclusiva para a igualdade de gênero e a sexualidade, que permita desconstruir padrões patriarcais e afirmar normas, papéis e relações de gênero em condições de igualdade e equidade. Além disso, expressam-se a favor do reconhecimento, do respeito e da valorização das diferenças culturais, étnicas, linguísticas, raciais, de gênero, entre outras, nos contextos educacionais.

Diversos instrumentos de direitos humanos reconhecem que a educação desempenha um papel decisivo na conquista da igualdade de gênero e na eliminação da discriminação e da violência de gênero. Ao mesmo tempo, impõem aos Estados a obrigação de proteger e garantir os direitos à educação e a uma vida livre de violência e discriminação.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por exemplo, estabelecem a obrigação dos Estados de atuar para a eliminação de todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas, e o Marco de Ação para a Educação 2030³⁶ reconhece que “a igualdade de gênero está indissociavelmente ligada ao direito à educação”.

No entanto, segundo a publicação “Por uma educação que garanta direitos - Demandas de Estudantes Secundaristas para a América Latina e o Caribe” (CLADE, 2017), em vários países da região, observam-se tendências a retirar dos sistemas de educação a perspectiva de gênero e a reduzir ou eliminar desses as ações específicas para enfrentar as desigualdades com base no gênero e na orientação sexual. “É verdade

³⁵ Parte do texto *Ensayo*, de Gabrielle Metzner.

³⁶ UNESCO (2016): *Agenda 2030, Declaração de Incheon e Marco de Ação para a Educação*.

que essa tendência não afeta apenas a educação e deve ser contextualizada dentro de uma estrutura de fortalecimento de fundamentalismos religiosos e ideias conservadoras que tentam influenciar as políticas públicas e as ações dos governos em geral. Mas, a verdade é que o ensino médio é muito afetado, pois a resistência ou oposição ao tratamento de questões relacionadas ao gênero e/ou à identidade sexual impede, por exemplo, a prevenção adequada de diferentes formas de assédio, violência e estereótipos que geralmente ocorrem no ambiente educacional, às quais adolescentes estão particularmente expostas e expostos”³⁷.

Nessa mesma linha, crianças e adolescentes que participaram do III Fórum Pan-Americano de Crianças e Adolescentes³⁸ exigiram o direito a receber uma educação sexual integral, com igualdade de gênero, bem como o direito à informação, à integração social e à família. Além disso, reivindicaram que os direitos das famílias LGBTQI+³⁹ sejam respeitados, incluindo o direito a constituir famílias, gerando assim a garantia e a oportunidade de ter uma família para crianças e adolescentes em situação de adoção.

Nesse mesmo sentido, expressaram-se adolescentes e jovens que participaram da campanha “A Educação que Necessitamos para o Mundo que Queremos”:

“Estamos em um Estado conservador, em que não podemos falar sobre muitas questões, como violência, sexualidade, identidade de gênero, devido ao fato de ser um tabu, de ser algo desaprovado. E isso gera muita repressão e ignorância. Precisamos ter um pouco mais de empatia, e isso começa nas nossas casas e nas nossas escolas, para saber que a pessoa ao nosso lado faz parte do mesmo povo, da mesma sociedade, e o que acontece com ela também tem que nos incumbir ou criar um problema para nós.”
(María José Gómez, Colômbia)

37 CLADE (2017): Por uma educação que garanta direitos - Demandas de Estudantes Secundaristas para a América Latina e o Caribe (disponível em espanhol).

38 Mais informações nesta nota: O que estudantes da América Latina e do Caribe pensam sobre a educação e outros direitos humanos?

39 Sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Intersex, Queer, Assexuais.



Participantes do III Fórum Pan-Americano de Crianças e Adolescentes, em Cartagena, Colômbia. Foto: ICBF Colombia

“Em nosso artigo terceiro da Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos, duas grandes características da educação são consideradas. Uma, que deve ser laica, e a segunda, que deve ser gratuita. Sem considerar que a educação deve ser de qualidade e uma educação inclusiva.”

(Angélica Pedraza, México)

“Queremos uma educação despatriarcalizada que nos descolonize, não adultocêntrica, não comercial, não misógina, não transfóbica, não lésbicofóbica, não homofóbica.”

(Alexander Reyes Guevara, Nicarágua)

4.8 A educação em sua relação com as tecnologias e a mídia

“Precisamos de uma educação em meios [de comunicação]. A mídia sempre tenta desinformar sobre o que está acontecendo e, em parte, também é bom educar-se para saber em que acreditar e o que não acreditar das notícias, do que é divulgado. Precisamos de educação social nesse aspecto, para não acreditar mais em mentiras...”

(Alejandro Restrepo, Colômbia)

Adolescentes e jovens que participaram da campanha “A Educação que Precisamos para o Mundo que Queremos” também abordaram o papel da mídia e das tecnologias na educação. Em seu ponto de vista, é essencial garantir uma educação preocupada com a análise crítica da comunicação e o que é disseminado pela mídia e por redes sociais digitais.

As opiniões de adolescentes e jovens refletem a compreensão de movimentos e ativistas da comunicação popular, de que a comunicação, em sua relação com a educação, permite a análise e a construção de outros contextos sociopolíticos, econômicos e culturais, a partir do desenvolvimento e da expressão de posições críticas sobre questões sociais e da promoção de mudanças e novas narrativas, por meio do fortalecimento do debate democrático e da participação social mais plural.

A relevância de aprender sobre o uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) para difundir ideias e produzir comunicação e conhecimento também foi um elemento de destaque nos depoimentos de adolescentes e jovens.

“O que aconselho aos professores é fazer uso adequado da tecnologia, seja um telefone celular, uma câmera, um aplicativo e até um meme. Para que? Para incentivar os estudantes a se interessarem mais pelas disciplinas, seja matemática, sociais, literatura, entre outras.”

(Rubén Mayta, Bolívia)

“Precisamos de uma educação que nos permita ter as ferramentas necessárias para um desenvolvimento efetivo, a partir das diferentes áreas do conhecimento, como as ciências, tecnologias, humanidades, artes, engenharias, entre muitas outras. E isso permitirá formar sujeitos críticos, analíticos, estudiosos e, além disso, propositivos.”

(Leonardo Suárez, Colômbia)

4.9 Por uma educação integral: com arte, cultura, desfrute e emoções

*“Pois, em cada década, em cada ano,
Há jovens que enfrentam o futuro
Aqueles que levantam a voz e destroem muros
Embora existam vários que os acusem de nulos
Mas, minha geração será como todas as outras
Caberá a ela fazer o mundo girar
Com rebeldia e paz
Elevando sua voz e ousando gritar
Para mandar nos ventos
O ar para aqueles a que não permitem respirar”⁴⁰*

(parte de poema escrito por Víctor Gabriel Flores Hidalgo, Bolívia)

Os depoimentos de adolescentes e jovens da região também indicam que uma educação integral, realizada como um direito humano, deve estar relacionada à arte, à cultura, à recreação e ao ócio, à brincadeira e ao desfrute, de modo que as emoções, afetividades e manifestações artísticas e culturais sejam valorizadas e consideradas nas políticas e nos sistemas públicos de educação. “A arte e a cultura também dialogam com o aprendizado a partir da alegria, da expressão, da brincadeira, do lúdico e da sensibilidade⁴¹”.

Participantes do III Fórum Pan-Americano de Crianças e Adolescentes reivindicaram seu direito à brincadeira, ao descanso e à recreação, em oposição ao trabalho infantil, ao abuso e ao tráfico. Também demandaram o direito ao desfrute de atividades culturais e artísticas como parte de seu processo educativo. “Queremos conhecer, viver e sentir nossos direitos”, disseram dois estudantes do México naquela ocasião⁴².

Nesse mesmo sentido, expressaram-se participantes da campanha “A Educação que Necessitamos para o Mundo que Queremos”.

40 Parte do poema “Pasando Puertas”, de Víctor Gabriel Flores Hidalgo.

41 CLADE (2017): Por uma educação que garanta direitos - Demandas de Estudantes Secundaristas para a América Latina e o Caribe, pág. 22 (disponível em espanhol).

42 Leia mais nesta nota sobre o Fórum, publicada no site da CLADE.



Participantes de diálogo com estudantes, realizado no contexto da X Assembleia Regional da CLADE, em Bogotá, Colômbia (outubro de 2018).
Foto: Jazmin Elena/Arquivo CLADE

“A educação deve ser uma educação integral, em que as aptidões de estudantes sejam potencializadas, a fim de alcançar seu conforto e tranquilidade na sala de aula. Ao mesmo tempo, devem observar vários pontos de vista na hora de ensinar uma matéria, e não os privar [os estudantes] de conhecer coisas novas, por exemplo, uma aula mais lúdica, ou um livro, alguns filmes ou certos vídeos que o professor pode ter e obter com a ajuda dos recursos da escola.”

(Sofia Garcia, Colômbia)

“Se sou boa em música, desenho, canto, se sou boa nisso, quero uma educação que me beneficie, que me ensine sobre isso. Que me ensine a história disso, que me ensine boas ações que posso fazer para melhorar tudo o que posso oferecer ao mundo. Porque não só posso ser uma boa autora, como posso ser uma boa artista, uma boa cantora, uma excelente dançarina. Mas, ninguém nunca descobriu isso porque me disseram que apenas ciências, matemática e espanhol são importantes.”

(Nicole Akist, Panamá)

“Precisamos de um país melhor, que cresça por meio da educação, porque apenas um país que cresça pela educação será capaz de realmente transformar e criar pessoas transformadoras em um mundo que está esquecendo o humano, o natural e o artístico.”

(Gareth Sella, Colômbia)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



O cumprimento do direito humano à educação, consagrado em diversos instrumentos internacionais, entre eles a Convenção sobre os Direitos da Criança, uma educação popular, libertadora, emancipatória e transformadora, que responda às necessidades de estudantes, e em que o estudantado tenha voz e seja respeitado em seu direito à participação. Uma educação que ensine a pensar e não a obedecer, que vá além das quatro paredes da escola, sem discriminação ou violência, que contribua para a consolidação de uma cultura de paz, dignidade e respeito pelos direitos humanos. Uma educação que inclua e respeite as pessoas de diferentes idades, raças, culturas, etnias, classes sociais, localizações geográficas, identidades de gênero, orientações sexuais, capacidades, etc. Uma educação pública, gratuita, com financiamento público e adequado, de qualidade, laica, humanística, inclusiva, igualitária, democrática, feminista, ambientalista, para o desenvolvimento sustentável e os direitos humanos...

Essas demandas, desejos e propostas que jovens e adolescentes apresentaram a nossa iniciativa, por meio de vídeos, áudios, poemas, fotos, pinturas e textos, refletem sua luta pela construção e pela realização de uma educação emancipatória e promotora de direitos, que permita a transformação em direção a um mundo mais sustentável, justo, inclusivo, igualitário e democrático, com dignidade e direitos para todas e todos.

As sementes compartilhadas neste documento, fragmentos das vozes e da participação de adolescentes e jovens da região, abrem caminhos para reconhecermos a liberdade, a democracia, a participação e as relações igualitárias e respeitadas entre as comunidades educativas, assim como a inclusão, como elementos fundamentais da educação necessária para um outro mundo possível, onde existam relações mais sustentáveis e saudáveis entre os seres humanos, e também entre esses e a natureza.

Esperamos que estas mensagens voem longe e sejam consideradas por autoridades, tomadoras e tomadores de decisão em nossa região e no mundo, especialmente em um momento em que as velhas regras e verdades que nos foram impostas pelo modelo neoliberal de desenvolvimento econômico, são postas em xeque pelas crises sanitária, ambiental, climática e econômica que estamos vivendo em todo o planeta. Consideramos que situações de emergência e incerteza, como a que vivemos no presente, exigem diálogo, reflexão, sonhos, criação, esperança e repensar-nos coletivamente, em direção à construção de sistemas de educação mais comprometidos e relevantes, que contribuam para alcançar novos e melhores modelos de desenvolvimento, sociedade e humanidade.

*Faltam asas para tirar você do chão
Aquelas asas com as quais você podia sentir aquele céu, você faz isso sozinho
Leva tempo, alegria e lágrimas
Ser capaz de ser quem você planejou
Mas sempre a educação
O acalmou
Sabendo que toda semente tem um ciclo
Sabendo que, ao saber mais, você cresceu
Agora toque com suas mãos o céu e sinta o cheiro dos seus desejos
As coisas que chegaram
E as coisas que você planejou*

(Parte do poema “Crecer”, de Víctor Gabriel Flores Hidalgo, Bolívia⁴³)

⁴³ Leia este e outros poemas de adolescentes e jovens da região que foram enviados à iniciativa “A Educação que Precisamos para o Mundo que Queremos”, na última edição do boletim “Poetizar” da CLADE, ou nesta galeria de poemas (disponíveis em espanhol).



Manifestação organizada por jovens do México para demandar o cumprimento de seu direito à educação, no contexto do aniversário da Revolução Mexicana, em 20 de novembro de 2019. Foto: Arquivo CADEM



Campaña
Latinoamericana
**por el Derecho
a la Educación**

Avenida Professor Alfonso Bovero, 430, Sala 10
CEP 01254-000 São Paulo-SP Brazil
Telefone / Fax: (55-11) 3853-7900
www.redclade.org